



Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural

Cinema, Som e Vídeo

Cultura Afro-Brasileira

Cultura e Tradições: Memória Viva

Cultura, Identidade e Cidadania

Engenho das Artes

Gestão da Política de Cultura

Livro Aberto

Monumenta

Museu Memória e Cidadania

Ver Cinema, Ser Brasil

Introdução

A Lei Orçamentária Anual 2004 e seus créditos adicionais autorizaram o Ministério da Cultura - MinC a realizar despesas no valor de R\$ 523.658.926,00 milhões para implementação dos programas e ações sob sua responsabilidade, o que significou um acréscimo de R\$ 178.672.368,00 milhões em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2004, encaminhado pelo Poder Executivo. A execução orçamentária para o exercício de 2004 totalizou R\$ 398.709.117,00 milhões.

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do MinC a serem destacados foram:

- Inserção de 80 obras cinematográficas e videofonográficas no mercado internacional e o fomento a 74 novas produções nesta área.
- Ampliação do acesso da população brasileira à produção artística nacional, por meio dos projetos Pixinguinha, Caravanas de Circulação Regional, Rede Cultural dos Estudantes e Rede Cultural da Terra. Os projetos levaram espetáculos a mais de uma centena de municípios localizados dentro e fora dos circuitos tradicionais de arte e de cultura.
- Atuação continuada na recuperação dos sítios históricos e artísticos de 26 municípios contemplados pelo Programa Monumenta.
- Início da implementação dos Pontos de Cultura em diversas localidades do território nacional, contemplando projetos culturais já existentes voltados para a inclusão social de populações em situação de risco social localizadas em favelas, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, dentre outras.
- Garantia de segurança alimentar por meio do atendimento permanente a 150 comunidades quilombolas e da certificação de 100 comunidades negras tradicionais, o que representa o compromisso do Estado na preservação de seu patrimônio cultural, tanto no aspecto material, quanto no imaterial.

A principal restrição que dificultou a implementação da programação do Órgão está relacionada à seguinte questão:

- Atraso no lançamento de muitos editais, que devido ao descontingenciamento ocorrido muito próximo do final do ano, chegaram a público apenas nos últimos meses do exercício, gerando atrasos na execução de alguns programas e compromissos financeiros para 2005.

A seguir são apresentadas, de forma mais detalhada, as avaliações da concepção, da implementação e dos resultados obtidos pelos programas gerenciados pelo MinC.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social. Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi



Brasil Patrimônio Cultural

Objetivo

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

Principais Resultados

- Realização de Oficinas-Escola para formação de mão-de-obra, contribuindo para a auto-sustentação de jovens carentes, desprovidos de oportunidade de obter emprego e renda.
- Preservação e revitalização, por meio de obras emergenciais e de conservação em diversas localidades: Sobrado do Barão de Aracati/CE (Museu Jaguaribano); Casa de Davi Canabarro/RS; Solar dos Ayrises/RJ; Solar Monjardim/ES; Prédio do Paço Imperial/RJ; Igreja de Nossa Senhora do Amparo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos/PE; edifício "O Imparcial", São Luís/MA; caixa d'água de Pelotas/RS; Igreja de Nossa Senhora de Santana, Belém/PA; restauração da Fortaleza de São José de Macapá/AP, com tratamento paisagístico e prospecções arqueológicas.
- Preservação do patrimônio cultural, mediante intervenção em patrimônio arquitetônico em área de Centro Histórico de São Luís/MA, tombado pelo Governo Federal e inscrito na Organização das Nações Unidas/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Onu/Unesco como patrimônio mundial; e reabertura de novas áreas do Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul/SC, em parceria com o Governo do Estado, Petrobrás e Veja do Sul (grupo Arcelor).
- Pesquisas e intervenções de consolidação de remanescentes arquitetônicos nos sítios missioneiros de São Miguel, São João, São Luiz Gonzaga e São Lourenço, além da revitalização do Museu das Missões em São Miguel das Missões/RS;
- Educação patrimonial por meio da produção de uma série de 27 (vinte e sete) programas educativos - Programa TV Escola, em parceria com o Ministério da Educação.

Avaliação dos Resultados

Uma vez que a instituição executou o plano emergencial de recuperação do patrimônio em risco, a avaliação pode ser considerada positiva. A tônica de difusão e valorização do patrimônio nacional ensejou a realização de ações educativas que trouxeram, em sua essência, a recuperação e a valorização da auto-estima das populações que habitam os centros históricos. O reconhecimento dos valores culturais representativos da identidade nacional dos diferentes grupos sociais, objeto dos programas institucionais, trouxe como consequência o real envolvimento do cidadão com a preservação do seu patrimônio.



As ações buscaram reverter o quadro de degradação dos bens que integram o patrimônio histórico-cultural, notadamente, os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e a complexidade do patrimônio imaterial. Esse trabalho ocorreu mediante a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentado, a conservação, a revitalização e a restauração, de modo a gerar novas dinâmicas sociais e parcerias com a sociedade civil organizada, administração pública, organismos internacionais, visando à inserção social das populações e o incremento do turismo dentro de uma política preservacionista.

Entretanto, dificuldades para caracterizar o público-alvo e, conseqüentemente, expressar em valores absolutos quem se beneficiou das ações do programa, configuram aspectos que limitam a apuração de resultados. Os projetos e atividade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan estão voltados para um público amplo, em função da magnitude do programa, ou seja, para os diversos segmentos da sociedade, em que podemos destacar moradores de núcleos históricos tombados, comunidades com bens patrimoniais tombados, estudantes de todos os níveis do ensino, turistas e pesquisadores nacionais e estrangeiros, governos estaduais e municipais, instituições congêneres, organismos internacionais, universidades nacionais e estrangeiras.

Porém, cabe ressaltar que a repercussão das ações bem sucedidas vem gerando um envolvimento cada vez maior da sociedade, e várias atividades corroboram para tal cenário, como: elaboração do Guia de Fontes sobre Preservação Cultural e do Dicionário Básico de Patrimônio e Preservação no Brasil; entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade; realização de Inventários Nacionais de Bens Imóveis - Sítios Urbanos (Inbi-SU), do Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos (Inceu) e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) - obrigatoriedade de restauração dos monumentos tombados pelo Iphan na região do Rodoanel Mário Covas/SP; e Acordo de Cooperação Técnica: Especialização em Patrimônio Iphan/Unesco, com Unesco; "Petrobrás Cultural", com a Petrobrás e "Apoyo a Projetos de Preservação de Acervos" com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Avaliação da Concepção

O objetivo do programa é ampliar o sentido e a forma de abordagem da preservação e revitalização do patrimônio cultural do país, que é bastante amplo, e as iniciativas são muito pontuais e de pequena escala. Faz-se necessário o apoio político, verba e investimento em estrutura, planejamento e gestão das ações, além de iniciativas preventivas e educativas de grande porte que atendam a todo o território nacional.

A valorização do patrimônio cultural pressupõe a integração entre a diversidade dos bens materiais, de caráter histórico, artístico e arqueológico com os bens do patrimônio imaterial. A maioria das ações voltou-se naturalmente para populações de maior nível de instrução, localizadas em áreas urbanizadas, enquanto é fundamental para a preservação do patrimônio cultural atingir as populações que têm menos acesso aos recursos culturais. O interesse é também de âmbito internacional e essa clientela tem sido pouco trabalhada.

Ações de preservação do patrimônio cultural que visam atingir a sociedade nacional em toda sua diversidade necessitam ter linguagens e suportes variados, que atendam a questões regionais. Buscou-se incrementar, com poucos recursos as ações de promoção, que são vitais a uma nova abordagem da gestão do patrimônio cultural.

Em alguns segmentos existe consciência dos problemas regionais do patrimônio cultural, mas a parca distribuição de recursos financeiros e humanos tornou os investimentos assimétricos, dificultando o cumprimento dos objetivos.



A maior parte das ações do programa foi pertinente, embora algumas necessitem de estudos e projetos prévios. As poucas ações dirigidas ao patrimônio arqueológico têm recursos escassos e escala muito reduzida em relação aos objetivos do programa e da missão institucional.

São necessários criação de instrumentos gerenciais, organização da documentação física em diferentes locais e informatização, para permitir à Instituição trabalhar com indicadores mais precisos e explícitos, perceptíveis para uma gama maior de técnicos, administradores, cientistas e cidadãos.

Na área de Promoção, por se tratarem de ações que envolvem basicamente a sensibilização para a preservação, o indicador disponível não é adequado para expressar os resultados.

Para 2005, as ações que pertenciam ao programa "Patrimônio Arqueológico", que foi extinto, passaram a compor este programa.

Avaliação da implementação

Foram estabelecidas parcerias, mediante convênios com organismos internacionais, instituições federais, estaduais, municipais e instituições não-governamentais sem fins lucrativos. A articulação com outros Ministérios, Estados e Municípios, embora essencial para a otimização das ações, carece de uma articulação institucional mais efetiva e pede urgente implementação, uma vez que acontece de forma pontual.

O programa teve à disposição para execução de suas ações, recursos do orçamento do Iphan e provenientes de convênios estabelecidos com o Ministério da Cultura. Ambos foram repassados diretamente para unidades descentralizadas do Iphan ou para instituições governamentais e não-governamentais, por meio do estabelecimento de convênios, contratos ou termos de parceria.

As ações são executadas tanto pela área central quanto e, preferencialmente, pelas unidades descentralizadas, que coordenam e acompanham a execução na sua área de abrangência. Há inexistência de um sistema de monitoramento e avaliação das ações, que permita uma maior interação e sinergia entre o gerente e os responsáveis pela execução das ações.

Embora algumas das ações não tenham sido cumpridas satisfatoriamente, a maioria superou as expectativas, principalmente no que tange à sua receptividade e retorno social compatível com o objetivo do programa.

Os recursos autorizados foram suficientes para alcançar as metas programadas das principais ações, porém, considerando a responsabilidade e o universo das atribuições constitucionais do Iphan, mais recursos deveriam ser alocados neste programa para garantir a preservação dos bens integrantes do patrimônio histórico cultural. Com isso, o Iphan poderá ampliar suas metas e, conseqüentemente, diminuir o processo de deterioração de bens culturais de natureza material (inclusive os acervos raros).

As deficiências do programa estão ligadas à infra-estrutura logística, inadequação dos espaços para funcionamento da administração e insuficiência de veículos para realização de vistorias. A falta de concursos públicos aliada à inexistência de um plano de cargos e salários inviabiliza a manutenção de um corpo técnico compatível com a crescente demanda das ações do programa.



É importante, também, considerar que as formas de participação da sociedade ainda são fragmentadas e dependem da orientação do gestor do projeto. Constatou-se a falta de instrumentos de acompanhamento que disponibilizem as informações em rede nacional e permitam acesso imediato para monitoramento físico-financeiro, o que será aperfeiçoado com a implantação da intranet no novo portal do Iphan.

A satisfação dos beneficiários retrata-se nas ações de Promoção, que é a educação patrimonial, cuja componente principal é a participação da sociedade no planejamento, execução e avaliação das ações, assim como a participação dos conselhos estaduais e municipais no segmento do patrimônio cultural.

Recomendações

- É necessário desenvolver ações que incluam consultoria de modernização administrativa, sistematização de ações e treinamentos específicos para melhorar a relação custo-benefício.
- A carência nas unidades descentralizadas de pessoal técnico faz necessária a captação e formação de pessoal especializado em políticas públicas e gestão do patrimônio cultural, bem como alocação de espaços e equipamentos compatíveis com as equipes de trabalho.
- Desenvolvimento e gestão de políticas com os demais ministérios, visando incluir a preservação no planejamento das ações de Governo, prevendo destinação orçamentária, de forma a evitar desgastes previsíveis, quando da implantação de projetos de grande porte que impliquem impacto ambiental.
- Treinamentos específicos para estados e municípios, constitucionalmente corresponsáveis pela preservação do patrimônio cultural.
- Considerando alguns problemas operacionais relacionados à apuração do indicador, sugere-se que o assunto seja avaliado para a próxima revisão do Plano Plurianual - PPA.
- Propõe-se que seja revista a concepção do programa para equilibrar o dimensionamento e cobertura do público-alvo, em função da capacidade operacional e abrangência do programa.
- O programa possui 3 (três) vertentes diferenciadas: patrimônio material (bens imóveis); patrimônio material (bens móveis, acervos e arqueologia); e patrimônio imaterial (memória imaterial), o que faz necessário o fortalecimento do Iphan, mediante parcerias, considerando o vasto e diversificado patrimônio que está sob sua jurisdição/guarda.
- Visando os recursos e a gestão do programa, sugere-se análise mais aprofundada, no ato de alocação dos recursos, visto que o aporte via parcerias privadas é uma forma de implementação que outorga melhoria na execução.



Cinema, Som e Vídeo

Objetivo

Aumentar a produção, a difusão e a preservação das artes audiovisuais brasileiras, contribuindo para ampliar a oferta da cinematografia nacional e demais mídias audiovisuais, a capacidade produtiva das regiões, estimulando produções locais, aumentando as salas de exibição e reduzindo a hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno.

Principal Resultado

Realização de 179 (cento e setenta e nove) projetos de produção audiovisual de longas e curtas-metragens.

Avaliação dos Resultados

Em 2004, os resultados apresentaram um quadro satisfatório, especialmente no que se refere à democratização da produção e do acesso aos bens audiovisuais, na medida em que a Secretaria do Audiovisual - SAV desenvolveu ações em todos os Estados brasileiros.

Quanto aos indicadores, a "Taxa de Público em Filmes Nacionais" alcançou, em 2004, a marca de 16,70% (dezesseis vírgula setenta por cento), já superando o índice estimado para 2007 que é de 15% (quinze por cento); e a "Taxa de Lançamento de Filmes Brasileiros no Mercado" chegou a 20,32% (vinte vírgula trinta e dois por cento), recuando em relação ao índice de referência de 26,90% (vinte e seis vírgula noventa por cento), mesmo com o aumento do número de lançamentos dos filmes nacionais, que saiu de 35 (trinta e cinco), em 2002, para 51, em 2004, representando um aumento de cerca de 145% (cento e quarenta e cinco por cento). Esse recuo deve-se ao aumento do número de lançamentos de filmes estrangeiros, que saiu da faixa de 130 (cento e trinta), em 2002, para 251 (duzentos e cinquenta e um) em 2004, realidade que reforça a necessidade da regulação do mercado, por desfavorecer a produção de conteúdo nacional.

Quanto à participação social, o Conselho Consultivo da SAV encaminhou indicações favoráveis, com destaque para o apoio à produção de 44 (quarenta e quatro) longas-metragens, número superior ao de lançamentos nacionais em 2003, que foi de 30 (trinta) filmes. A satisfação do beneficiário, que é o público de cinema nacional, reflete-se na taxa de público que assiste aos filmes nacionais, que superou os 15% (quinze por cento) estimados para o final do Plano Plurianual - PPA.

Outra realização importante que deve ser considerada é o apoio aos filmes de longa-metragem, em que a SAV investiu recursos orçamentários em 44 (quarenta e quatro) projetos, superando o número de referência de produção do PPA, que é de 35 (trinta e cinco) projetos. Além disso, ainda foram celebrados 52 (cinquenta e dois) convênios de produção audiovisual.

Espera-se que, em 2005, os esforços se concentrem no levantamento de dados referentes à "Taxa de Exibição dos Filmes Brasileiros no Mercado Nacional", contando, assim, com mais um indicador de desempenho, importante para uma avaliação mais segura do programa.





Avaliação da Concepção

Este item não foi avaliado pelo gerente.

Avaliação da Implementação

A carência de recursos humanos do Ministério da Cultura é um ponto que fragiliza profundamente qualquer processo que caminhe na direção de novas ações. As tentativas de ações conjuntas com outros Ministérios se esvaziaram porque demandam pessoal para sua efetivação. Em 2004, foram realizadas 2 (duas) reuniões, com os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, sem alcançar, até agora, resultados concretos. Para 2005, uma das prioridades é a retomada desses processos, especialmente, porque se entende que as parcerias interministeriais potencializam recursos e ações.

A definição dos limites orçamentários prejudicou, muitas vezes, as ações previstas no planejamento anual. Em alguns casos, teve que se fazer remanejamento de recursos por ações, o que inviabiliza algumas previsões, interferindo no cumprimento das metas previstas. No caso específico da ação "Capacitação de Técnicos e Artistas e Produtores na Área Audiovisual", cujo orçamento foi previsto inicialmente em R\$ 600 mil, a redução para R\$ 100 mil prejudicou sobremaneira o planejamento da Secretaria do Audiovisual. O programa executou 87,40% (oitenta e sete vírgula quarenta por cento) dos recursos liberados.

A SAV não contou com recursos não orçamentários em 2004, e a descontinuidade de recursos financeiros prejudicou a execução programada porque inviabilizou algumas ações planejadas.

Os recursos materiais e a infra-estrutura para a gerência são insuficientes. A falta de equipamentos de informática dificulta o acompanhamento dos processos e as condições dos móveis, inadequados para o exercício das tarefas, e, além de insuficientes, provocam, na maioria dos casos, problemas de saúde. Tradicionalmente, o Minc não tem disponibilidade de recursos suficientes para as necessidades de atendimento à demanda do setor que chega à Secretaria. A falta de equipamento de informática impossibilita uma rotina normal de trabalho e dificulta os processos.

Com a ampliação das possibilidades do mercado para o audiovisual no País, seguindo uma tendência mundial, a Secretaria do Audiovisual carece de pessoal em nível de gerência e de profissionais para áreas como a das novas mídias eletrônicas. Cerca de 80% (oitenta por cento) do quadro de pessoal da SAV se compõe de funcionários terceirizados, quota mínima que não atende às necessidades do programa. Como o salário está abaixo do mercado, as possibilidades de contratação de recursos humanos com qualificação adequada se reduz e se mostra insuficiente para atender à demanda provocada pelas ações do programa.

Por outro lado, as parcerias não governamentais para execução de outras ações, como "Revelando os Brasis e os Editais de Apoio à Produção de Jogos Eletrônicos", têm tido desempenho de qualidade, em decorrência do processo de construção de parceria que prioriza as organizações com tradição nas respectivas áreas.

Na relação com a sociedade, foram realizadas audiências públicas na Câmara Federal e no Senado Federal para debater o programa de ação da SAV.

O mecanismo de consulta pública foi utilizado no processo de discussão do Projeto de Lei que prevê a criação da Agência Nacional do Audiovisual - Ancinav, em 2004. Em 2005, se pretende colocar em consulta pública o conceito dos Editais que serão abertos para a seleção de projetos de apoio à produção patrocinado pela SAV.



A SAV funciona em articulação com dois Conselhos:

- O Conselho Superior de Cinema, ligado diretamente à Casa Civil da Presidência da República; e
- O Conselho Consultivo da SAV, com uma média de 4 (quatro) reuniões por ano, discute e avalia as políticas da Secretaria. Ambos os conselhos são formados por representantes dos diversos setores do mercado audiovisual e da sociedade, civil em geral, envolvidos com o setor audiovisual.

No caso dos beneficiários diretamente ligados ao setor do audiovisual (como produtores, diretores, realizadores em geral) a avaliação de satisfação é realizada nas reuniões do Conselho Consultivo da SAV, momento em que todos os representantes trazem as reivindicações dos setores. A partir das considerações, algumas ações são ajustadas, especialmente as relacionadas com os Editais Públicos. Na revisão do ano de 2004, alguns elementos, como oportunidade das datas de execução e conceitos de editais, foram ajustados para 2005.

É importante ressaltar que os aspectos que mais contribuíram para os resultados do programa foram:

- A viabilização e funcionamento de mecanismos de garantia de participação social;
- A qualidade das parcerias com organismos não governamentais; e
- O caráter inovador das ações do programa.

Recomendação

Fusão deste programa com o programa "Ver Cinema, ser Brasil", passando a formar o programa "Brasil, Som e Imagem".





Cultura Afro-Brasileira

Objetivo

Preservar a cultura e a memória afro-brasileira.

Principais Resultados

- Outorga de certidões de auto-reconhecimento a 100 (cem) comunidades.
- Capacitação de 650 (seiscentos e cinquenta) pessoas no desenvolvimento da Cultura Afro-Brasileira.

Avaliação dos Resultados

Diante das demandas cada vez maiores, associadas a recursos financeiros insuficientes e um quadro funcional reduzido, a alternativa encontrada foi dedicar maior parte da gestão para captação de recursos por meio de parcerias governamentais, não governamentais, e internacionais.

O aumento da capacidade de articulação técnica e política dos gestores do programa, associadas a um maior conhecimento da máquina administrativa, fizeram com que as expectativas na execução das ações fossem superadas, se obtendo, assim, um percentual acima das metas traçadas pelo programa para o exercício.

Com base no Decreto 4.887/03, as atribuições da Fundação Cultural Palmares - FCP e, conseqüentemente, do programa foram redefinidas. Com relação às comunidades remanescentes de quilombo, coube à FCP:

- Fornecer certidões de auto-reconhecimento das comunidades, bem como apoio e assistência jurídica para assegurar a defesa da posse contra esbulhos e turbações, visando a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros;
- Instruir e orientar os processos, para fins de registro ou tombamento, e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro, assegurando a sustentabilidade dessas comunidades;
- Assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra nas ações de regularização fundiária, garantindo a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Diante da mudança ocorrida face ao Decreto, os indicadores não foram apurados.

Em 2004, foi desenvolvido, por meio de concurso, o apoio e fomento a projetos na área de comunicação, assegurando democraticamente o acesso e transparência do programa. A ênfase foi dada a temas e públicos estrategicamente específicos, visando assegurar a preservação e difusão da cultura afro-brasileira, bem como a promoção da igualdade racial, de gênero, faixas etárias e áreas rurais e urbanas.

O programa também fomentou 33 (trinta e três) projetos de desenvolvimento de comunidades negras rurais e promoveu a realização de 8 (oito) pesquisas e 20 (vinte) eventos sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro.



Avaliação da Concepção

As ações do programa são suficientes, tendo em conta a definição de prioridades com base no resultado do Planejamento Estratégico, desenvolvido pelo Ministério da Cultura e a FCP, considerando o orçamento e demais condições de implementação.

As ações voltadas para as comunidades quilombolas na área de educação (Mec) necessitam de uma ação mais articulada em nível de gerência e coordenação da execução.

Quanto à "Gestão Administrativa do Programa", se observa que as metas não foram atingidas, devido à expansão prevista do quadro de servidores, que não ocorreu no exercício de 2004.

O programa foi revisto para 2006, à luz do Decreto 4.887/03, que foi considerado na definição adequada das ações, indicadores e índices de referência.

Avaliação da implementação

A Cultura Afro-Brasileira em suas diversas manifestações possui intersecção com todos os demais órgãos do Ministério da Cultura, portanto, as ações em parceria devem ser mantidas e ampliadas. Nesse sentido, o programa adotou o diálogo permanente e a construção articulada das ações com os diversos parceiros.

A promoção da igualdade racial tem na cultura uma parceria estratégica fundamental, portanto, a articulação com os demais Ministérios é elementar para a implementação de um dos desafios do Governo: Promoção da Igualdade Racial. Com os Estados e Municípios, a articulação deverá ser mantida e ampliada, assim como, assegurados os repasses de recursos por meio de convênios e demais formas, que legalmente regem os preceitos da Administração Pública Federal.

A capacidade de gestão do programa deverá ser ampliada por meio da adoção de instrumento único de acompanhamento e avaliação, bem como mantida e atualizada a qualificação da equipe técnica para exercício das funções. O diálogo aberto e sistemático com organizações da sociedade civil, a participação e promoção de debates e painéis, bem como as consultas a especialistas na execução do programa fazem com que o diálogo com o público tenha sempre um canal aberto.

Quanto aos recursos orçamentários, o valor foi insuficiente diante da demanda; 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos foram executados na área finalística, entretanto as ações desenvolvidas beneficiaram apenas um percentual reduzido da população. A não liberação das Emendas de comissões e de bancadas significou uma redução em 40% (quarenta por cento) do orçamento do programa, prejudicando o desenvolvimento de ações previstas para o exercício de 2004. No que se refere à liberação dos recursos financeiros para estabelecimento de convênios, isso só aconteceu nos meses de novembro e dezembro, assim como as solicitações de remanejamento e mudança de natureza das despesas, que só foram atendidas no final do exercício. Entretanto, alguns convênios não foram pagos no exercício, pois não houve liberação, ficando, assim, em restos a pagar.

No exercício foram adquiridos equipamentos em substituição aos que estavam obsoletos, porém não foram suficientes para todas as Unidades. Também foram contratados serviços especializados, visando elaboração e instalação de programas para Controle Administrativo da documentação ingressa na FCP, bem como reestruturação e segurança da rede de internet.





O número de recursos humanos, seja na gerência, seja na execução, é insuficiente e tecnicamente inadequado às demandas institucionais. O Plano de Qualificação para os servidores foi elaborado visando superar parcialmente o problema, porém 40% (quarenta por cento) dos servidores são terceirizados, o que não lhes permite o benefício. A nova estrutura político-administrativa do Minc possibilitou exercitar a articulação e o desenvolvimento de ações conjuntas, prática que deverá ser ampliada para o próximo exercício.

Recomendações

- O programa necessita de indicadores compatíveis com a missão atual e o reordenamento institucional da Fundação Cultural Palmares - FCP. A aprovação do Processo de Expansão da FCP e, com ela, a aprovação do Estatuto da FCP virão a assegurar a participação mais representativa da sociedade civil junto ao seu Conselho Curador.
- Por se tratar de programa que se inclui nos temas transversais, é necessário tratamento gerencial diferenciado, visando a institucionalização do tema, permanente processo de conscientização e capacitação dos funcionários e gestores de ações cujos Ministérios (Mec, MDA, Incra, e Minc) compõem o programa.



Cultura e Tradições: Memória Viva

Objetivo

Identificar, promover e preservar bens culturais de natureza imaterial

Principais Resultados

- Implantação de inventários de referências culturais nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Tocantins, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Execução da primeira etapa dos planos de salvaguarda do Ofício das Panelleiras de Goiabeiras/ES e da Arte Kusiwa dos índios Wajãpi, do Amapá, e Registro dos Lugares Sagrados dos índios Tariana do Alto Rio Negro, no Amazonas.
- Formulação dos projetos de Registro do Saber dos Mestres da Construção Tradicional Brasileira e o Projeto de Inventário e Salvaguarda das Embarcações Tradicionais do Brasil, de âmbito nacional.

Avaliação dos Resultados

Não obstante os problemas encontrados para a proteção do patrimônio imaterial no Brasil em termos do estabelecimento de procedimentos institucionais e do entendimento do campo de abrangência pela sociedade, uma vez que essa é uma questão nova de política pública, a realização das ações nas áreas de registro, apoio e inventários foi possível.

Por outro lado, existem dificuldades para caracterizar o público-alvo e, conseqüentemente, expressar em valores absolutos quem se beneficiou com os resultados das ações do programa.

Além dos resultados citados, outras atividades importantes foram implementadas pelo programa:

- Projeto integrado de preservação na região de Cachoeira, Bahia (Projeto Rotas da Alforria).
- Finalização dos dossiês e do registro do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, de Belém/PA, e do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, este último candidato à III Proclamação de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco
- Registro do Ofício da Baiana de Acarajé, em Salvador/BA, e do Modo de Fazer Viola de Cocho.





Avaliação da Concepção

Em função da nova concepção da política do patrimônio, a partir da qual houve a integração dos patrimônios material e imaterial, as ações e o indicador deste programa passam a compor o programa "Brasil Patrimônio Cultural", a partir de 2005.

O indicador não foi aferido, pois não está ainda adequado para expressar os resultados do programa em termos de impacto. Foi preciso estabelecer outro indicador que levasse em conta as diferentes especialidades das ações do programa; assim o indicador "Taxa de Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial", na Revisão do Plano Plurianual - PPA 2005, ganhou o indicador auxiliar "Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial", ou seja, houve um aperfeiçoamento. Entretanto, na medida em que essa nova sistemática for sendo implementada, serão necessários outros ajustes.

Avaliação da implementação

O programa teve a disposição para execução de suas ações, recursos provenientes do orçamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e de convênios estabelecidos com o Ministério da Cultura; ambos foram repassados diretamente para unidades descentralizadas ou para instituições governamentais e não-governamentais por meio do estabelecimento de convênios, contratos ou termos de parceria.

As articulações com Estados e Municípios têm sido importantes, ainda que incipientes, para o bom desempenho do programa. É necessário ampliá-las à medida que os desdobramentos das ações ganham escala e consistência.

A gestão do programa tem sido realizada de forma participativa tanto na implementação das ações quanto nas etapas de formulação, planejamento, acompanhamento e avaliação. O acautelamento do patrimônio de natureza imaterial depende, em larga medida, da participação dos detentores e produtores dos bens culturais, de modo que sua participação é imprescindível para o bom desempenho do programa.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, composto por representantes de instituições públicas que possuem interface com a área de patrimônio cultural e pessoas de notório saber, constitui o principal mecanismo de controle social das ações do patrimônio imaterial.

O cumprimento das metas físicas, como demonstram as ações "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial", "Fomento a Projetos de Natureza Imaterial" e "Identificação e Inventário de Eventos voltados para a Preservação de Bens Culturais de Natureza Imaterial", fez-se em consonância com o previsto e configurou-se como satisfatório, considerando-se as dificuldades relativas à implantação da nova estrutura no que concerne a esse campo de atuação do patrimônio cultural. Nesse sentido, o bom desempenho quanto à execução orçamentária foi imprescindível para o cumprimento das metas físicas. Embora o desempenho da instituição tenha sido satisfatório, o contingenciamento orçamentário inviabilizou a execução de ações importantes e até emergenciais. Cabe registrar, ainda, que a demora na liberação dos recursos de convênios dificultou os trâmites/procedimentos legais exigidos para a celebração de convênios.

A grande dificuldade gerencial está relacionada à inexistência de um sistema de monitoramento e avaliação que permita maior interação e sinergia entre o gerente e os responsáveis pela execução das ações, o que deverá ser corrigido mediante elaboração de plano de gestão.



A falta de concursos e a inexistência de um plano de cargos e salários inviabiliza a manutenção de um corpo técnico compatível com a crescente demanda das ações do programa. As unidades descentralizadas carecem de pessoal técnico para fazer frente ao volume crescente de atribuições institucionais.

O reconhecimento por parte do atual Governo de que a cultura é atribuição e papel do Estado foi de grande importância, contribuindo para uma gradual valorização das instituições do Estado Brasileiro que lidam com a gestão das políticas culturais.

Recomendações

- Há necessidade de aperfeiçoamento da descentralização de recursos provenientes de convênios, pois é necessário garantir sua disponibilidade em tempo adequado para a consecução das ações.
- Recomenda-se estratégia de vizibilização das ações referentes ao patrimônio imaterial que tem especificidades próprias e não podem ser perdidas, pelo fato de o programa ter sido englobado em outro.
- Fusão desse programa com o programa "Brasil Patrimônio Cultural" em 2005.



Cultura, Identidade e Cidadania

Objetivo

Produzir, difundir e dar acesso às populações carentes aos bens e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos modernos de comunicação.

Principais Resultados

- Ampliação da abrangência das ações do programa com o desenvolvimento de parceria com 800 (oitocentas) entidades.
- Desenvolvimento de ações por meio da seleção de 262 (duzentos e sessenta e dois) projetos.

Avaliação dos Resultados

Os resultados alcançados corresponderam, quase na totalidade, às metas originalmente definidas na estratégia de implementação desenhada ao longo do primeiro semestre de 2004 e implementadas no decorrer do segundo semestre.

O indicador do programa "Coeficiente de Acesso das Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social a Bens Culturais e de Entretenimento", não foi apurado, o que revela que o programa encontra-se aquém do que efetivamente se propõe alcançar até 2007.

Observou-se que ao se descentralizar a implementação do programa, trazendo entidades e organizações da sociedade civil para atuarem como parceiros, a cobertura do público-alvo aumentou sobremaneira, indicando que essa é, de fato, a melhor estratégia para ampliar e diversificar os benefícios do programa.

Os instrumentos de avaliação de satisfação do beneficiário ainda estão sendo construídos. A previsão é que tão logo a nova estratégia de implementação esteja consolidada, com todos os convênios, referentes ao primeiro edital, publicados e com o financeiro executado, e seja feita uma primeira avaliação da satisfação dos beneficiários, não apenas das entidades, mas dos partícipes das atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura.

Outros resultados que merecem destaque:

- Definição de uma estratégia objetiva e descentralizada de execução do programa;
- Normalização de parcerias com o "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud" e com o Ministério do Trabalho;
- 72 (setenta e dois) convênios formalizados e executando recursos.



É importante destacar a implementação dos Pontos de Cultura. No mês de julho, foi publicado no Diário Oficial, juntamente com a Portaria 156/04 que extinguiu a proposta das Bases de Apoio à Cultura - BACs, o Edital de Divulgação nº 01/04, convidando as organizações/instituições sem fins lucrativos a apresentarem propostas de implantação de Pontos de Cultura - unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais. O objetivo é estimular iniciativas já existentes, por meio de transferência de recursos da ordem de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e da doação de kits de cultura digital - composto de equipamentos de informática, câmeras, kit multimídia e uma pequena ilha de edição - permitindo a cada ponto de cultura estar apto a realizar sua própria produção audiovisual. Além disso, os kits deverão interligar os Pontos de Cultura em rede, via internet "banda larga", contribuindo para abrir um canal de comunicação direta entre as ações do Poder Público e as ações das e entre as comunidades.

O que mais contribuiu para os resultados alcançados pelo programa foi o planejamento prévio de uma estratégia objetiva de implementação descentralizada, com a participação de entidades e movimentos organizados da sociedade civil, bem como um grande esforço e engajamento da equipe para superar os entraves burocráticos que tendem a retardar os processos de licitação, convênios e parcerias. Isso permitiu que em pouco mais de seis meses o Edital fosse lançado; que 262 (duzentos e sessenta e dois) projetos, dentre 829 (oitocentos e vinte e nove) apresentados, fossem selecionados e que 72 (setenta e dois) projetos fossem empenhados, resultando numa razoável execução físico-financeira dos recursos orçamentários liberados.

Avaliação da Concepção

O público-alvo do programa foi ampliado com o objetivo de alcançar áreas rurais, ribeirinhas, povos da floresta, formações da sociedade civil, comunidades organizadas e grupos que representam minorias. Por essa razão, a caracterização do público-alvo foi mais bem especificada, visando atender a:

- Estudantes da rede básica de Ensino Público (pré-escola, primeiro e segundo graus);
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Populações de baixa renda habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos Municípios;
- Habitantes de regiões e Municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- Agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais, que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural;
- Habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais;
- Portadores de necessidades especiais; e
- Jovens em conflito com a Lei.

Em face da ampliação do perfil do público-alvo, as metas físicas foram redimensionadas. Em todo o período de execução do Plano Plurianual - PPA, a expectativa é financiar cerca de 1.000 (mil) projetos com benefícios diretos para cerca de 750 mil pessoas.





Ao longo da execução, tem sido identificada a carência de ações que possibilitem a disseminação e divulgação dos produtos resultantes das intervenções do programa. Embora tenha sido possível incentivar a produção de bens culturais pelos beneficiários, não se prevê ações concretas para sua divulgação mais ampla.

As metas físicas foram superadas em algumas ações do programa, pois, com o objetivo de ampliar o atendimento, optou-se por financiar projetos de menor valor e, com isso, atender a uma quantidade maior de projetos, permitindo ampliar e diversificar o público beneficiado.

É importante destacar que entre 2004 e 2005 o programa passou por uma importante reformulação na sua estratégia de implementação. O atual formato de execução do programa, por meio da implantação dos chamados Pontos de Cultura, foi apresentado em substituição às BACs, que previa a implantação de Centros Culturais com uma estrutura robusta em algumas comunidades carentes de grandes cidades. Essa proposta chegou a ser lançada oficialmente no final de 2003, prevendo a implantação de 26 (vinte e seis) unidades distribuídas em todo o país. Mas logo se chegou à conclusão de que a abrangência dessa iniciativa seria restrita para a amplitude desejada para o programa. Por isso, optou-se por interromper a estratégia de criação das BACs, cuja execução efetiva sequer foi iniciada, com o objetivo de desenvolver ações que tivessem uma escala de atendimento mais desconcentrada. Em junho de 2004, foi criada a Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC que consolidou a proposta ora materializada.

Além disso, foram revistos o descritor e a finalidade da ação "Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura", tendo sido o produto modificado para "espaço cultural apoiado"; a denominação da ação "Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores em Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda" foi melhorada e passou para "Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por Meio da Cultura", sendo o produto acordado "pessoa beneficiada", sem prejuízo da série histórica, melhorando apenas o foco.

Avaliação da implementação

Ao longo de 2004 foram estabelecidas algumas articulações pontuais com outras unidades do Ministério, o que não tem sido suficiente para definir uma política de ação conjunta. Em 2005 as articulações deverão ser aperfeiçoadas, uma vez que alguns passos já foram dados nesse sentido, tais como um acordo de cooperação internacional firmado com o Pnud, já aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do qual irão participar, além da Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC, que ora gerencia o programa, as Secretarias do Audiovisual - SAV, Secretaria Executiva - Secex e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - SIDC. Entretanto, falta ainda definir estratégias de parceria com as autarquias e fundações vinculadas ao Ministério da Cultura - Minc, que serão importantes no desenvolvimento de algumas ações. Espera-se em 2005 consolidar os canais de interlocução.

O programa articulou parcerias que resultaram em convênios e acordos junto aos Ministérios do Trabalho e das Comunicações. Entidades da sociedade civil foram convidadas via Edital para atuarem como parceiras na implementação de algumas ações, especialmente aquelas que visam a alcançar as populações de baixa renda. Os projetos de implantação dos Pontos de Cultura possibilitam o acesso a bens culturais, permitindo que o Ministério desenvolva atividades de capacitação para um público abrangente e diversificado, bem como estimula a produção e disseminação de bens e manifestações culturais para populações com dificuldade de produzir de forma independente.



Com o objetivo de ampliar o escopo das ações, foram estabelecidas em parceria com o Ministério das Comunicações, convênio para instalação de antenas GeSAC que permitirão interligar os Pontos de Cultura na internet "banda larga", possibilitando a troca instantânea na rede de computadores de conteúdos culturais (especialmente audiovisuais) produzidos pelas comunidades. Foi dado início à instrumentalização dos Pontos de Cultura com equipamentos que incluem computadores e material multimídia, que facilitarão a conexão em rede.

Pela própria estratégia adotada para a implementação do programa, os diversos públicos- alvo participarão de forma direta e ativa ao longo de toda a implementação, sendo oferecida a eles a oportunidade de interagir de forma plena com o Minc, bem como entre si.

No que se refere à capacitação, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais vem buscando capacitar as entidades interessadas em participar do programa, quanto aos conhecimentos técnicos necessários para serem parceiras do governo, participando, não só na execução de tarefas, mas no controle social dos recursos e da gestão do programa.

Juntamente com as propostas de acompanhamento e avaliação do programa estão sendo desenvolvidos instrumentos de controle social, ainda em fase embrionária.

Devido às mudanças na estratégia do programa, que passou a privilegiar o financiamento de projetos de menor valor com o objetivo de ampliar a abrangência do público-alvo, algumas metas físicas foram superadas substancialmente. Com isso, foi possível financiar mais projetos com menos recursos. Somente na ação "Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais", as metas físicas, bem como as financeiras, não alcançaram a meta prevista. Mas isso se justifica pelo fato de quase 90% (noventa por cento) dos recursos ficaram contingenciados ao longo do ano. Do que foi liberado para essa ação, o programa executou a totalidade.

Para o acompanhamento da execução, a SPPC está desenvolvendo modelos e mecanismos, mas algumas atividades estão previstas e articuladas juntamente com a Diretoria de Gestão Estratégica - DGE e o Pnud, que, por força de acordo, deverá contribuir com apoio técnico para esse fim.

A execução financeira do programa foi baixa, apenas 28% (vinte e oito por cento), se comparada com o que foi disponibilizado para programa pela LOA somada aos Créditos. Porém, em relação ao limite liberado, o total empenhado correspondeu a 100% (cem por cento).

Somente em julho foi possível dar início às novas estratégias de implementação, com o lançamento do primeiro Edital dos Pontos de Cultura. Os passos seguintes foram a recepção dos projetos e o processo de seleção pela comissão julgadora, que demorou cerca de 3 (três) meses. Com isso, o primeiro convênio somente pôde sair em novembro, quando, efetivamente o orçamento começou a ser executado. Em março de 2005 será lançado o segundo edital, evitando os atrasos na execução orçamentária observados em 2004.

Além disso, a aquisição e distribuição entre os Pontos de Cultura de equipamentos de informática e multimídia, a interligação dos pontos em rede e a implementação de estratégias de capacitação, disseminação, monitoramento e avaliação dos projetos serão iniciadas, o que irá requerer um maior volume de recursos orçamentários para 2005. Com esse objetivo, procurou-se aumentar a dotação orçamentária no Projeto da LOA e, além disso, vem se buscando firmar novas parcerias de modo a tornar possível alcançar resultados ainda mais robustos.

Entre os meses de outubro e dezembro, quando os convênios dos projetos selecionados começaram a ser firmados, o limite de recursos disponibilizados se esgotou. Assim, somente foi possível publicar 72 (setenta e dois) convênios dos 262 (duzentos e sessenta e dois) projetos selecionados para implantação de Pontos de Cultura.



O contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos acabaram prejudicando os compromissos imediatos, obrigando a Secretaria a ser mais moderada. No caso das dificuldades em licitações e na celebração de contratos e convênios, os obstáculos residem na burocracia exigida para efetivar esses instrumentos aliados aos problemas estruturais do Minc que também passam pela escassez de pessoal.

Na sua nova estratégia, o programa tem como uma de suas características mais marcantes o potencial de mobilização dos movimentos sociais e de entidades da sociedade civil que desenvolvem iniciativas no âmbito da cultura. Trata-se de um importante instrumento para trazer a sociedade para o Estado e de criação de uma espécie de "esfera pública não-estatal", ao possibilitar que integrantes da sociedade se tornem co-gestores das ações governamentais. Entretanto, os obstáculos daí decorrentes residem no fato de que grande parte das entidades e organizações da sociedade civil não possui muito conhecimento dos trâmites e dos instrumentos de interlocução com o setor público. De outro lado, o Estado também não se encontra totalmente instrumentalizado para atuar nessa perspectiva. O que a SPPC vem tentando fazer para lidar com esses obstáculos é buscar capacitar as entidades interessadas em participar do programa nos conhecimentos técnicos necessários para que elas se habilitem a serem parceiras do Governo na execução de tarefas e no cumprimento das metas acordadas

Como a atual estratégia de implementação encontra-se no início, ainda não foi possível avaliar as conseqüências das contribuições da participação social para os resultados do programa. Os instrumentos de avaliação ainda estão sendo construídos. A previsão é que tão logo a nova estratégia de implementação esteja consolidada, com todos os convênios referentes ao primeiro Edital publicados e com o financeiro executado, seja feita uma primeira avaliação da satisfação não só das entidades, mas dos partícipes das atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura.

Recomendações

- Incluir na revisão para 2006 uma ação que contemple a divulgação e disseminação das produções artísticas e culturais, desenvolvidas pelo público-alvo, resultantes dos incentivos oferecidos pelo programa. Isso possibilitará a disseminação e divulgação dos produtos resultantes das intervenções.
- Enfatizar o Acordo de Cooperação com o Ministério das Comunicações para conexão e interligação das entidades beneficiadas na rede mundial de computadores, permitindo a disseminação de material audiovisual pela internet, divulgando amplamente os produtos gerados.
- A escassez de recursos humanos sinaliza a urgência em realizar concurso público, o que se reflete na dificuldade de compor uma equipe com o perfil exigido para a execução deste programa.
- Recomenda-se o planejamento de cronograma de Editais, de forma a adequar o seu orçamento com a programação orçamentária anual.
- Percebe-se a necessidade de comunicação e aproveitamento de esforços, tanto internos - Secretarias do Minc entre si e essas com as vinculadas -, quanto externos - MinC com os demais Ministérios, Estados e Municípios.



Engenho das Artes

Objetivo

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais

Principais Resultados

- A Rede Nacional de Artes Visuais, através de 101 (cento e uma) oficinas e palestras, atendeu cerca de 3.050 (três mil e cinqüenta) participantes. Estima-se que o público indireto alcançado seja de aproximadamente 150.000 (cento e cinqüenta mil) pessoas.
- Caravana Funarte de Circulação Teatro e Dança, que levou 143 (cento e quarenta e três) produções a todas as regiões do País, criando aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) empregos, diretos e 5.000 (cinco mil) indiretos, decorrentes dos serviços de divulgação, hotelaria, transportes e produção local.
- Apoio a Realização de 14 (quatorze) Festivais em Artes Cênicas e Música, atingindo um público de aproximadamente 370.000 (trezentas e setenta mil) pessoas.
- Circulação de Música de Concerto, premiando 10 (dez) companhias que circularam em 77 (setenta e sete) cidades de 23 (vinte e três) Estados, com apresentação de 129 (cento e vinte e nove) concertos atingindo um público de aproximadamente 100.000 (cem mil) pessoas;
- Projeto Pixinguinha, com 92 (noventa e duas) apresentações em 39 (trinta e nove) cidades, atingindo um público de 59.418 (cinqüenta e nove mil quatrocentos e dezoito) pessoas. Estima-se que esse projeto criou isoladamente, aproximadamente 5 mil postos de trabalho, contribuindo incisivamente para a formação de novas platéias e ampliação do mercado para músicos e produtores.
- Realização de 13 (treze) eventos do programa "Arte sem Barreiras", atingindo um público de aproximadamente 35.000 (trinta e cinco mil) pessoas.

Avaliação dos Resultados

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Dessa forma, tem sido priorizada a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do País, entendendo que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

O aporte de recursos de patrocínio aos principais projetos teve impacto positivo na execução das ações, com ênfase naquelas voltadas para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional.



Além dos resultados citados, merecem destaque: a capacitação e requalificação de 794 (setecentos e noventa e quatro) artistas, técnicos, produtores e agentes culturais; o Painel Funarte de Bandas de Música, que ministrou cursos para músicos de bandas, beneficiando 790 (setecentas e noventa) pessoas e distribuiu aproximadamente 936 (novecentos e trinta e seis) instrumentos de sopro para 52 (cinquenta e duas) bandas de música, de todas as regiões do País; o apoio para aquisição de instrumentos para 12 (doze) orquestras de 10 (dez) Estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país; e o Prêmio Funarte de Dramaturgia e de Estímulo ao Circo, sendo concedidos 79 (setenta e nove) prêmios, incentivando o surgimento de novos autores e a formação de platéias nas diversas regiões do País.

Avaliação da Concepção

Apesar da concepção estar corretamente definida, já que o programa trabalha para o acesso de todos os segmentos populacionais às manifestações culturais em Artes Cênicas, Visuais e Música, é preciso identificar também os artistas, os técnicos, os produtores culturais e os diferentes profissionais envolvidos nas atividades culturais.

Para a sociedade, o programa oferece acesso e melhores condições de cidadania; para os profissionais da área, oportunidade de emprego e renda, além do surgimento de novos talentos.

Na definição de indicadores, para que sejam fieis à concepção, são necessários estudos e coleta de dados sistemáticos e contínuos para criar a série histórica.

As fontes orçamentárias do programa são restritas, não lhe permitindo uma atuação plena. Mesmo com a captação de recursos do patrocínio ou apropriação, a fonte é precária à institucionalização de atividades, ficando o programa à mercê de negociação anual para a execução de suas atividades.

Avaliação da Implementação

O programa tem atuado de forma permanente no intuito de estimular as expressões das raízes culturais brasileiras e de divulgá-las em âmbito nacional. As parcerias com órgãos públicos e privados surgiram na intenção de fortalecer essas iniciativas, particularmente as voltadas para a ampliação do conhecimento da Nação a respeito das muitas facetas da nossa cultura.

O mecanismo de controle social do programa ocorre por meio das câmaras setoriais, em que são discutidos os principais elos da cadeia produtiva, seus pontos de estrangulamento e as necessidades prioritárias de cada setor, tendo como resultado subsidiar as ações e aperfeiçoar os espaços de discussão com a sociedade civil organizada, levando a um maior alcance das ações planejadas. A sociedade participa de forma organizada e significativa, mediante a divulgação de Editais e concessão de prêmios para as diversas categorias culturais.

Apesar do contingenciamento de recursos, as principais metas físicas do programa foram cumpridas, sendo que a instituição buscou patrocínio para complementar suas ações. A obtenção de informações relativas às ações em outros ministérios foi dificultada pela falta de integração entre os órgãos executores envolvidos na implementação do programa. As ações provenientes de Emendas parlamentares, em decorrência da não liberação de limites financeiros suficientes para atendê-los, impactou negativamente a execução orçamentária no transcórrer do exercício.



Além disso, o programa enfrentou restrições quanto a licitações e elaboração de Editais e contratos, pois os objetos culturais são complexos e específicos, dificultando o andamento dos processos.

Quanto à infra-estrutura disponível, há comprometimento sério na qualificação tecnológica, nos equipamentos disponíveis e nos espaços físicos, tanto para equipes de trabalho quanto nos espaços culturais que estão sendo modernizados. O processo se tornou lento por conta dos recursos disponibilizados.

Os recursos humanos alocados nas unidades destinadas à execução deste programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muito baixa. Esse anacronismo decorre da falta de contingente, uma vez que, mesmo que se abra a possibilidade de realização de cursos, a carência de pessoal impede a liberação dos técnicos para sua realização.

Recomendações

- Há necessidade de maior interação com os órgãos executores das ações, sendo necessário desenvolver um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar a gestão do programa eficiente e eficaz no tocante à execução física.
- A forma de articulação com outros ministérios ainda é tênue, necessitando de uma ação mais global e presente. As interfaces que precisam ser intensificadas são:
 - i. Com o Mec, na área de educação musical e disseminação da música e artes cênicas nas escolas;
 - ii. com o MC, o acesso da população de baixa renda a espetáculos de música e artes cênicas;
 - iii. com o MJ, as artes cênicas e, particularmente, música devem ser instrumento de integração de deficientes físicos, garantindo o direito constitucionalmente previsto;
 - iv. com o MF e Mdic, devem ser pensadas políticas para a música e artes cênicas como atividades econômicas;
 - v. com MRE, para divulgação da cultura brasileira no exterior.
- Por se tratar de programa multissetorial, recomenda-se que o Minc articule externamente com os outros ministérios e internamente com as Secretarias e entidades vinculadas, visando a comunicação e aproveitamento dos resultados alcançados pelo programa. A interação com os executores das ações deverá ocorrer mediante instrumentos diversos, dentre eles a implantação de instrumento de monitoramento (Plano Gerencial do Programa).





Gestão da Política de Cultura

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura.

Principais Resultados

- Planejamento estratégico do ministério e vinculadas realizado e adequado ao orçamento.
- Consolidada a base para ampliação do Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais.
- Realização de diagnósticos, indicando a necessidade de implementação de Câmaras Setoriais para discussão da Política Pública de Cultura.
- Revisão dos mecanismos de fomento à cultura, de forma a ampliar o acesso aos recursos.
- Difusão da cultura brasileira via acordos internacionais.

Avaliação dos Resultados

A construção de uma Política Pública de Cultura exige levantamento de dados, estudos, planejamento estratégico e mobilização dos setores envolvidos. Nesse sentido o programa desenvolveu atividades que se traduziram em resultados. O público beneficiário é difuso e não há disponibilidade, ainda, de mecanismo de avaliação da satisfação.

Pela metodologia do Plano Plurianual, os programas de gestão das políticas não contam com indicadores de resultados.

Avaliação da Concepção

A formulação de uma Política Pública de Cultura envolve complexidades, inclusive quanto à composição da base de dados e informações e a interlocução com a sociedade. Nesse sentido o programa consolidou a base para ampliação do Sistema Nacional de Informações Gerenciais, assim como firmou acordos internacionais permitindo a difusão da Cultura Brasileira no Brasil e no mundo. Entretanto, as ações do programa ainda não traduzem a complexidade e dinamicidade do processo, tendo sido levado em consideração na revisão de 2005 a incorporação de novas ações, tais como: "Estudos para o Fortalecimento das Economias da Cultura"; "Implantação do Sistema nacional de Cultura"; "Inserção da Cultura Brasileira no Exterior"; "Migração para Software Livre".



Avaliação da Implementação

O Ministério da Cultura possui unidades no Rio de Janeiro e em outros Estados da Federação, o que dificulta a articulação de ações como a de capacitação de servidores.

A Política Pública de Cultura não pode ser formulada somente a partir do Minc, sendo que, quanto à articulação com outros ministérios, ainda carece de metodologia e modelos de aproximação, assim como toda a estratégia de descentralização do ministério carece de consistência e modelo de gestão, no âmbito do Pacto Federativo.

O monitoramento do desempenho físico do programa ocorre por meio de relatórios mensais de execução. Não foi possível estabelecer um modelo de fluxo e de prestação de contas que atenda à demanda crescente da sociedade.

O programa executou 94,20% (noventa e quatro vírgula vinte por cento) das metas financeiras.

A Secretaria Executiva do Ministério adotou um modelo de gestão que integra todas as unidades anteriormente difusas, o que contribuiu, entre outros, nas negociações para elaboração do Plano de Carreiras, que virá a fortalecer as instituições que compõem o Sistema Minc.

Na execução do programa, a liberação descontinuada dos recursos resultou em algumas perdas em eficiência e retrabalho em atividades de planejamento, mas a execução do programa, globalmente, não foi prejudicada.

A pouca qualificação e o exíguo número de recursos humanos nas equipes tornou a celebração de convênios e contratos mais penosa, considerando que são os principais instrumentos utilizados na implementação das ações. Por outro lado, as equipes ficaram muito ocupadas em adequar o planejamento ao contingenciamento aplicado ao ministério e à descontinuidade no fluxo de recursos, o que as desmobilizou no seu papel de coordenadoras da Política Pública de Cultura.

Recomendações

- Quanto à implementação, se faz necessária a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, com representantes de setores do Governo e da Sociedade.
- Precisa ser realizada a abertura de Concurso Público para o Ministério e suas vinculadas, o que virá a redundar no sucesso dos programas, considerando sua missão que é, entre outras, preservar, revitalizar, produzir e disseminar bens e manifestações culturais, reafirmando-as como bens que definem e caracterizam a Identidade Nacional.



Livro Aberto

Objetivo

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às Bibliotecas Públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

Principais Resultados

- Foram instaladas 130 (cento e trinta) Bibliotecas Públicas e Capacitados 10.200 (dez mil e duzentos) profissionais.
- Foram produzidas 43 (quarenta e três) obras literárias, historiográficas, coletâneas, catálogos e crônicas.

Avaliação dos Resultados

De acordo com informações da base de dados cadastrais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, o Brasil possui 5.560 (cinco mil quinhentos e sessenta) Municípios, dos quais 4.114 (quatro mil cento e quatorze) já têm Bibliotecas Públicas (BPs), o que corresponde a um percentual de 74% (setenta e quatro por cento), remanescendo um saldo de 1.446 (mil quatrocentos e quarenta) Municípios que não possuem BPs implantadas, o que corresponde a 26% (vinte e seis por cento) do total de Municípios. Com a implantação de 130 (cento e trinta) Bibliotecas, no exercício de 2004, 9% (nove por cento) dos Municípios, ainda sem BP, foram atendidos.

Conforme informações da Câmara Brasileira do Livro - CBL, o Índice Nacional de Leitura obteve um crescimento no presente exercício de 1,8% (um vírgula oito por cento).

Durante o exercício de 2004, foi concluída a seleção dos Municípios interessados na efetiva implantação de Bibliotecas Públicas, culminando com a aquisição dos materiais necessários à sua implantação. A distribuição de kits deve se dar no decorrer de 2005.

No âmbito do programa ainda foram realizados 67 (sessenta e sete) pesquisas e 88 (oitenta e oito) eventos.

O programa ainda não dispõe de mecanismos para a aferição da satisfação do público-alvo.

Avaliação da Concepção

O programa foi objeto de análise e adequação de suas ações durante a revisão para 2005 e anteriores.



Avaliação da Implementação

No que tange às ações a cargo da FBN, o monitoramento ocorreu de forma mensal, por meio da elaboração de relatórios físico-financeiros, com informações advindas da área finalística responsável pela execução das ações. No caso daquelas com execução indireta e parceria com o sistema Ministério da Cultura - Minc, as informações são colhidas junto a cada órgão, com a mesma periodicidade, incluindo o relatório de execução encaminhado pelo órgão central.

No exercício de 2004 foram implantadas 130 (cento e trinta) Bibliotecas Públicas, ficando as metas físicas de acordo com a previsão inicial.

Os recursos consignados na Lei Orçamentária mostraram-se insuficientes para o efetivo custeio das despesas no que tange ao Funcionamento de Bibliotecas da União; assim sendo, foram de suma importância às alterações promovidas pelo Congresso Nacional, por meio da aprovação de créditos suplementares, mesmo não atingindo o patamar considerado ideal.

A liberação do limite financeiro foi irregular e insuficiente para a programação, não prejudicando, contudo, o planejamento. As metas financeiras executadas alcançaram 75,54% (setenta e cinco vírgula cinquenta e quatro por cento) do programado. Cabe ressaltar que foram fatores de sucesso do programa: a ausência, em 2004, de contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros; as parcerias não governamentais implementadas; a celebração de convênios e descentralizações com o Fundo Nacional da Cultura - FNC, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, a Fundação Casa Rui Barbosa - FCRB; e, especialmente, a melhor integração e articulação do sistema Minc (órgãos da administração direta e suas vinculadas), que não mediu esforços para alcançar as metas previstas.

Quanto à participação social, foram realizadas reuniões com as Secretarias Municipais de Cultura, visando definir a implantação das Bibliotecas Públicas; debates na Câmara Setorial do Livro e da Leitura; visitas guiadas na sede da Fundação Biblioteca Nacional; realização de cursos, palestras, oficinas, seminários e workshops na Casa da Leitura - Proler; e atendimento especializado nas bibliotecas infantil e juvenil.

Os mecanismos próprios de controle, para mensurar a satisfação do usuário ainda não foram desenvolvidos, tendo em vista a carência de recursos humanos destinados a esse fim, devendo ser contratada, em 2005, empresa especializada para isso.

Recomendações

- Rever a alocação de recursos orçamentários no programa, pois em 2004 se afigurou insuficiente à sua execução, no que tange à implantação de Bibliotecas Públicas.
- Propõe-se a revisão da quantidade de recursos humanos nas equipes executoras e estudo de Plano de Carreira e de Concurso Público.
- É necessário que o Ministério da Cultura - Minc (Biblioteca Nacional) explicita a composição dos Kits de leitura que distribui às Bibliotecas Públicas a cada ano. Também deve ser pensada a distribuição de kits de livros nos Pontos de Cultura. Recomenda-se pró-atividade entre a BN e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Minc, visando os Pontos de Cultura, que são espaços propícios para o hábito da leitura, assim como um diálogo mais estreito entre a BN e o Minc, visto que a primeira coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Quanto à implementação do programa, sugere-se instituir acompanhamento e monitoramento das Bibliotecas, mediante criação de sistema de monitoramento e avaliação para as Bibliotecas instaladas.





Monumenta

Objetivo

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade

Principais Resultados

- Conclusão de 31 (trinta e uma) obras em 17 (dezesete) Municípios, sendo 18 (dezoito) em monumentos e 13 (treze) em espaços públicos, praças, pontes e fontes.
- Restauração do Museu das Bandeiras/GO e do Teatro Carlos Gomes/RJ.

Avaliação dos Resultados

O programa foi implementado em um cenário que reuniu condições favoráveis para o alcance de resultados. Na questão financeira, não houve efeito de contingenciamento e o fluxo financeiro foi regular, com eficaz acompanhamento da inadimplência do conveniente. De igual forma, foi importante a integração eficaz com as equipes executoras estaduais e municipais.

No contexto operacional, a revisão do Edital de seleção de imóveis privados e o avanço no detalhamento dos procedimentos operacionais, formulação e revisão dos instrumentos jurídicos necessários à execução dos financiamentos, também foram aspectos que contribuíram para o desempenho do programa.

Por outro lado, alguns aspectos adversos foram observados, como o atraso na prorrogação do Contrato de Empréstimo e na formalização do Acordo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, voltado à execução das atividades concorrentes, que protelou diversos contratos de prestação de serviços.

Outras dificuldades foram relacionadas à inadimplência freqüente das cidades conveniadas; à escassez de recursos humanos na área gerencial; às freqüentes alterações de equipe nas Unidades Executoras de Projetos, nas cidades conveniadas; e ao comprometimento das ações de licitação de obras nas cidades, em função do ano eleitoral.

Apesar disso, o programa teve grande repercussão em todo o País, recebendo consultas de cidades não contempladas, que almejam benefícios em diversas ações.

É preciso destacar que as ações implementadas pelo programa mantêm estreito alinhamento com os programas de natureza social do Governo Federal, estando direcionadas para atividades que possam ativar e incrementar as economias regionais, tendo em vista a inclusão social, a geração de renda para a população e a capacitação de mão-de-obra especializada voltada à preservação de bens históricos. Isso ocorre por meio da capacitação de artífices e agentes locais de cultura e turismo, do financiamento de imóveis privados nas áreas elegidas, dos programas educativos sobre o patrimônio histórico e do fortalecimento dos municípios, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.



Várias atividades concluídas ou em andamento refletem, também, o resultado positivo do programa:

- Em execução as obras: Escola de Azulejaria /MA; Pescadores Profissionais e Patrimônio Naval de São Francisco do Sul/SC; Guardiões do Patrimônio em Ouro Preto/MG; Circuito de Pousadas Históricas no Brasil; e reurbanização da orla do Porto de Corumbá /MS, São Francisco do Sul e Babitonga/SC.
- Contrato firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa para financiamento de imóveis privados.
- Assinatura de 8 (oito) novos convênios com os Municípios de Alcântara/MA, Belém/PA, Manaus/AM, Mariana/MG, Natividade/TO, Oeiras/PA, Laranjeiras e São Cristóvão/SE.
- Mudança no modelo de gestão, resultando na redução de gastos com administração e no aumento das aplicações finalísticas.

Avaliação da Concepção

Os indicadores atuais não foram apurados por não se adequarem à realidade do programa, em razão de não refletirem a dimensão dos resultados, tendo em vista a necessidades de se captarem evoluções qualitativas, e não quantitativas. Sugere-se a adoção de novos indicadores para medição das ações com base nos indicadores do Tribunal de Contas da União - TCU, Marco Lógico do Programa e Metas de Acompanhamento da Casa Civil.

Avaliação da implementação

Há necessidade de se construir mecanismos para incrementar a articulação com a iniciativa privada e das Organizações Não-Governamentais - ONGs, visando a integração do aporte de recursos externos ao contrato de empréstimo.

Os instrumentos jurídicos existentes necessitam aprimorar a transversalidade entre outros Ministérios e o programa, assim como os mecanismos que dão maior dinamismo e velocidade às ações entre as Unidades Executoras de Projetos das cidades conveniadas. Atualmente busca-se agilizar o processo de repasse de recursos, objetivando aumentar o ritmo de implementação do programa, com base em contrato firmado com a Caixa como agente financeiro.

O Programa tem em sua base de ação dois atores para acompanhamento físico de forma descentralizada: a Unidade Executora do Programa (UEP) na cidade - responsável pelo acompanhamento físico in loco da evolução das metas; e as Sub-Regionais do Iphan - responsável por atestar in loco a qualidade dos serviços executados. Nessa concepção, o monitoramento do desempenho físico desenvolvido pela Unidade Central de Gerenciamento - UCG consiste na checagem de relatórios dessas duas instâncias, que são encaminhados para verificação, quando existirem solicitações de pagamento. Em outras palavras, a periodicidade do monitoramento é vinculada aos desembolsos e sua abrangência é total.



As metas físicas das ações "Preservação do Patrimônio Histórico Urbano" e "Educação Patrimonial na Área do Monumenta" alcançaram o previsto, embora o indicador não reflita a real dimensão do programa. Na ação "Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano", o cumprimento foi abaixo do previsto, em virtude de que o Acordo de Cooperação Técnica com a Unesco para apoio a essa ação, foi assinado somente em meados de setembro/2004 e publicado nos últimos dias de outubro/2004. Dessa forma, o programa teve apenas 2 (dois) meses para iniciar o processo de contratações de consultorias, visando a elaboração dos editais para implantação dos cursos de formação de artífices e artesãos. Além disso, a meta prevista se apresentou super dimensionada em 2004.

As Unidades Executoras de Projetos - UEPs nem sempre dispõem de todos os técnicos com perfis adequados. Soma-se a isso o fato da composição dessas equipes estarem sujeitas às alterações político-administrativas.

Em virtude das alterações necessárias no processo de licitação, foi parcialmente inviabilizada a implantação do Sistema Nacional de Informações Culturais e a Elaboração de Manuais Técnicos e os inventários de bens imóveis, havendo sido prorrogadas para 2005.

As dificuldades ocorridas no ano de 2004 se deveram: ao atraso na formalização do Acordo de Cooperação Técnica para apoio às atividades concorrentes, inviabilizando a realização de diversas metas; à demora ocorrida na prorrogação do Contrato de Empréstimo; à inadimplência efetiva dos Municípios por amplos períodos; e aos atrasos na prestação de contas de algumas cidades, constituindo-se em fatores limitantes do programa. Em relação ao atraso na formalização do Acordo de Cooperação Técnica, para haver uma melhor performance da parceira, a alternativa seria que o programa repassasse o orçamento/financeiro, em até, no máximo, 2 (duas) vezes ao ano, o que garantiria maior agilidade nas ações previstas. Haveria, portanto, maior velocidade no trâmite das ações, pois não bloquearia as atividades em decorrência da falta de saldo financeiro.

Apesar disso, houve considerável aumento do número de convênios, de 17 (dezesete) para 25 (vinte e cinco), o que demonstra o interesse dos Estados e Municípios no programa.

Quanto à participação social, a discussão foi descentralizada. Foram realizadas oficinas, para definir quais ações deveriam ser financiadas pelo programa e para levantar demandas comunitárias tais como:

- Destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de restauração;
- Definição quanto ao fomento das atividades turísticas, voltadas à promoção de atividades econômicas;
- Fortalecimento de grupos locais estabelecidos na área elegível do programa e aumento do conhecimento e consciência dos bens históricos.

Recomendações

- No que se refere ao monitoramento dos resultados do programa, propõe-se a revisão do indicador "Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável", já que demonstra inadequadamente a dimensão dos resultados alcançados - está medido de forma macro e não mensura os diversos subcomponentes que têm metas físicas diferentes.



- Exclusão do indicador "Taxa de Reconhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural sob Proteção Federal pela População".
- Revisão dos indicadores para os adequar à realidade do programa, em razão de não refletirem a dimensão dos resultados do programa, tendo em vista a necessidade de se captarem evoluções qualitativas.
- Considerando a ênfase a ser dada às Atividades Concorrentes, inclusive na área do patrimônio imaterial, é necessária a contribuição de cientistas sociais na equipe do programa, seja mediante contrato de consultoria ou colaboração do Iphan.
- Revisão da meta física da ação "Capacitação de técnicos na área do Patrimônio Histórico Urbano", pois está super dimensionada em 2004.





Museu Memória e Cidadania

Objetivo

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novas instituições de memória nas diversas regiões do Brasil

Principais Resultados

- Intervenções para o restauro e recuperação do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista/RJ, assim como garantidas as condições de funcionamento dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
- Capacitação de aproximadamente 1.000 (mil) profissionais da área de museus e entidades afins em vários Estados.
- Lançado o Edital de Modernização de Museus, com a finalidade de apoiar projetos de museus não vinculados ao Ministério da Cultura.

Avaliação dos Resultados

Não houve apuração dos indicadores do programa. A definição de indicadores para o setor cultural configura-se um grande problema, tendo em vista a dificuldade em se mensurarem os impactos das políticas culturais na sociedade e por não haver nenhum instituto que o faça.

O lançamento do Edital de Modernização de Museus é de extremo significado, pois se constitui no primeiro Edital específico para a área na história do Ministério da Cultura - Minc, permitindo a democratização e a igualdade no acesso aos recursos do programa e sua descentralização em nível nacional.

Em função do Edital, os recursos do programa em 2004 foram descentralizados em nível nacional, que teve como objetivo selecionar projetos de museus não vinculados ao Minc para serem apoiados com recursos da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais). O Edital possibilitou o apoio de 35 (trinta e cinco) projetos de diferentes museus, abrangendo todas as regiões do País e abarcando um público-alvo diversificado, beneficiando museus de diferentes portes, vinculados às três esferas da federação e à esfera privada.

Outros resultados alcançados pelo programa que merecem destaque foram: a realização de aproximadamente 270 (duzentos e setenta) eventos espalhados por todo o Brasil, compreendendo exposições, palestras, mostras, cursos, shows, visitas guiadas, entre outros; e a realização de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) eventos culturais, com a participação de 161 (cento e sessenta e uma) instituições, trabalho que se consolidou com a edição do Decreto Presidencial que institui a Semana Nacional de Museus.

É importante citar que o programa garantiu a manutenção dos museus do Minc dentro da ação "Funcionamento de Museus da União", em que está congregada a maior parte de seus recursos, que dão continuidade às atividades por eles desenvolvidas.



Na área museológica, a atribuição do Minc consiste formular e implementar políticas voltadas para o setor, bem como propor diretrizes para identificação, preservação, promoção e gestão dos museus brasileiros e de seus acervos. Dessa forma, a preocupação inicial foi o estabelecimento de uma política nacional voltada para os museus brasileiros. Trata-se de uma ação inédita no Brasil, pois pela primeira vez o Minc chamou a comunidade museológica para discutir as bases de uma política para o setor.

A Política Nacional de Museus, construída a várias mãos, foi o resultado de uma ação democrática, esse aspecto foi fundamental para a criação do Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto nº 5.264/04. O Sistema tem por finalidade constituir uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a comunicação, a valorização, a preservação, a pesquisa, o gerenciamento e a fruição qualificada do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social, tornando-o cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira.

Avaliação da Concepção

O programa tornou-se um instrumento fundamental para a Política Nacional de Museus, que foi lançada em maio de 2003, com a finalidade de criar políticas públicas culturais para o setor museológico brasileiro, ocasionando a reformulação do programa, de modo a abranger todos os museus brasileiros, e não somente os museus federais.

Em relação à sua concepção, considera-se que o desenho do programa atende efetivamente ao alcance do objetivo.

Avaliação da Implementação

É necessário que se estabeleça uma forma mais ágil de repasse de recursos entre o Ministério e suas entidades vinculadas, uma vez que se trata de um mesmo órgão. Os procedimentos e as inúmeras exigências para o repasse de recursos dificultaram a realização do planejado, assim como a execução das metas físicas e financeiras durante o ano.

As metas físicas de cada projeto apoiado pelo programa são dimensionadas quando do repasse dos recursos por meio dos Planos Internos. A partir dessas informações, o setor de planejamento condensa as informações para que sejam enviadas à gerência do programa para controle e alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan.

A maioria das metas físicas superou o previsto. Os casos em que o percentual de cumprimento foi baixo pode se justificar por erro de avaliação ao serem estimadas.

O programa não sofreu contingenciamento e realizou 95,32% (noventa e cinco vírgula trinta e dois por cento) de execução financeira. No entanto, os recursos estiveram abaixo das necessidades dos museus, em consequência da abrangência do atendimento ampliado.

Os trâmites burocráticos, as inúmeras exigências legais com relação à documentação para se firmarem convênios, trazendo como consequência o atraso na liberação financeira, prejudicaram a execução de ações. Esse problema ocorreu, inclusive, com as próprias entidades vinculadas ao Minc (Iphan, Fundação Nacional de Artes - Funarte e Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB).

Os principais parceiros não-governamentais dos museus, inclusive para a realização das atividades inerentes ao programa, são as Associações de Amigos dos Museus, que desempenham um importante papel na gestão e financiamento dos museus.





O programa não possui estratégia sistematizada de avaliação de satisfação dos usuários. O público-alvo é toda a sociedade brasileira, dificultando a identificação de seus usuários potenciais.

O principal fator que contribuiu para o alcance dos resultados do programa foi o envolvimento da comunidade museológica brasileira nas definições das diretrizes da Política Nacional de Museus e no andamento dos trabalhos que dela resultaram. O envolvimento da comunidade museológica contribuiu para que os recursos do programa fossem descentralizados em nível nacional e que outros museus não vinculados ao Minc pudessem ser beneficiados.

As ações desenvolvidas pelo Minc permitiram a criação de um espaço de interlocução e articulação da política museológica e o fortalecimento de uma rede do setor museológico em todo o País que deverá ser mantida.

Recomendações

- Recomenda-se manter e ampliar a rede de parceiros, objetivando a comunicação, a valorização, a preservação, a pesquisa, o gerenciamento e a fruição qualificada do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social.
- Diante da afirmação de que "O programa não possui estratégia sistematizada de avaliação de satisfação dos beneficiários e não possui beneficiário/usuário específico. Seu público-alvo é toda a sociedade brasileira, dificultando a identificação de seus usuários potenciais", é recomendável a utilização de pesquisas de frequência a museus, qualificando os usuários e avaliando o grau de satisfação com acervos, disposição, orientações, etc. Os usuários/ visitantes dos Museus (público em geral, estudantes, pesquisadores, etc.) poderiam ser convidados a responder um questionário de avaliação que serviria como pesquisa de opinião. Alternativa a ser considerada é contratar empresa especializada para tal fim ou consultor em museologia com conhecimento de custos, acervos e avaliação do público-alvo.
- Sugere-se monitoramento efetivo e contínuo para que se obtenha avaliação acurada do programa.



Ver Cinema, ser Brasil

Objetivo

Ampliar o acesso às obras cinematográficas e videofonográficas nacionais, promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica nacional e aumentar a produção e a exibição das obras cinematográficas brasileiras.

Principais Resultados

- Fiscalização de 11.535 (onze mil quinhentos e trinta e cinco) atividades integrantes da indústria cinematográfica e videofonográfica.
- Outorga de 102 (cento e dois) certificados para exploração comercial de obras cinematográficas e videofonográficas.

Avaliação dos Resultados

A ausência do índice de referência do indicador impediu o estabelecimento de uma taxa anual para seu acompanhamento.

O programa foi descontinuado em 2004 e extinto para 2005. As ações desenvolvidas pela Agência Nacional do Cinema - Ancine passaram a compor o programa "Brasil Som e Imagem".

Além dos resultados citados, o programa também promoveu as ações de:

- Fomento à produção de 74 (setenta e quatro) unidades cinematográficas e videofonográficas;
- Fomento à distribuição e comercialização de 102 (cento e duas) obras cinematográficas e videofonográficas no país e no exterior.

Avaliação da Concepção

Este item não foi avaliado pela gerência.

Avaliação da Implementação

As metas do programa estão relacionadas às suas atividades finalísticas e atividades meio. No primeiro caso, em sua maioria, as metas definidas foram superadas. No caso das metas associadas à atividade meio, os resultados ficaram abaixo do previsto, pois na ocasião em que foram dimensionadas (2003), contava-se com a realização de Processo Seletivo Simplificado para provimento de 60 (sessenta) vagas de Técnicos de Nível Superior, o que acabou não ocorrendo. Dessa forma, as metas fixadas, acabaram comprometidas. Em 2004, a Ancine recebeu autorização para a realização de concurso público, o que deverá ocorrer em 2005.





A execução orçamentária atingiu 93% (noventa e três por cento) dos créditos disponíveis. Os valores contingenciados atingiram 22,4% (vinte e dois vírgula quatro por cento) da dotação e só não comprometeram o desempenho da instituição porque não foi realizado o concurso para provimento de cargos. Ressalte-se que praticamente 50% do valor contingenciado era objeto de Emenda e estava destinado ao fomento, à distribuição e à comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas no país e no exterior.

No exercício de 2004 foi consolidada a transferência da Ancine/PR para o Ministério da Cultura - Minc. Embora a vinculação da Ancine ao Minc tivesse sido estabelecida pelo Decreto nº 4.858/03, a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2004 ainda mantinha o orçamento vinculado à Presidência.

Tal fato, além de retardar o início da execução, demandou uma série de medidas, objetivando a definição e conseqüente transferência dos limites da Ancine, da Casa Civil para o Minc. Com a retificação à LOA, a Unidade Orçamentária da Ancine passou a ter seu orçamento vinculando ao Minc e, como conseqüência, houve inversão de saldo nas contas, já que a execução da despesa se encontrava avançada e em ritmo acelerado. Para sanar o problema, foram reprogramados todos os créditos orçamentários e emitidas todas as notas de empenho necessárias a suportar a execução já realizada.

A informatização dos diversos processos de trabalho está em andamento e deverá gerar resultados ainda em 2005; isso auxiliará no acompanhamento on line das ações sob a responsabilidade do Órgão.

Quanto aos recursos humanos, a Ancine busca desde agosto de 2003 uma solução para o problema, sendo que em 2004 não operou com quadro próprio de pessoal efetivo, valendo-se, assim, da estrutura de cargos comissionados de livre nomeação e de cargos comissionados técnicos - destinados a servidores requisitados - para o desenvolvimento de suas atribuições.

Finalmente, foi editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPO, em novembro a Portaria nº 289/04, que autoriza a realização de concurso público e o provimento de 70 (setenta) cargos do Quadro de Pessoal da Ancine, ação que virá a dotar à Autarquia com a força de trabalho necessária ao desenvolvimento de suas competências.

Quanto às parcerias, inexistem ações do programa sendo implementadas em outros ministérios.

Em 2004, foi renovado o Convênio com a Brazilian Cinema Promotion - BCP, instituição sem fins lucrativos, dando continuidade à Promoção Internacional do Cinema Brasileiro, garantindo, em 2004, a presença de 43 (quarenta e três) filmes de longa metragem e 31 (trinta e um) filmes de curta metragem em 29 (vinte e nove) eventos competitivos internacionais. A adequação do cronograma de trabalho, a prestação de contas, referente ao exercício anterior, e o cumprimento das metas estipuladas fizeram com que o convênio fosse renovado.

A participação social se realizou mediante uma série de palestras sobre o papel da Ouvidoria junto às entidades da área cinematográfica nas cidades de São Paulo, Manaus, Porto Alegre e Aracaju: no Encontro Regional de Ouvidorias Públicas, realizado nas cidades de Cuiabá e São Paulo; no II Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas, organizado pela Ouvidoria-Geral da União; e participando ainda, de reuniões com produtores, distribuidores e exibidores, bem como de encontros com diversos representantes das entidades da área cinematográfica para tratar de assuntos relativos à atuação institucional da Agência.



A Instrução Normativa que trata sobre Cota de Tela também foi colocada em audiência pública, permitindo a edição que fixou as normas de cumprimento da cota de tela dentro da ação fiscalização das atividades da indústria cinematográfica e videofonográfica.

O público-alvo do programa é a sociedade, e os mecanismos para avaliação da satisfação se encontram em fase final de definição.

Recomendações

- No que se refere ao fortalecimento, há necessidade de incorporar servidores selecionados por concurso público para o quadro permanente da Agência, o que virá a fortalecer o monitoramento das ações.
- Fusão deste programa com o programa "Cinema, Som e Vídeo", passando a formar o "Brasil, Som e Imagem".



